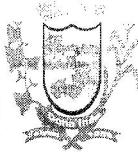


## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÉS - PB  
CASA VEREADOR MANOEL ALVES DE LIMA



### **PARECER N° 003/2017**

#### **I – RELATÓRIO**

Encontra-se na pauta desta Comissão o Projeto de Lei n° 003/2017, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo de Dona Inês, e que “**Reajusta o salário dos servidores efetivos e comissionados municipais, e dá outras providências**”.

Em continuidade ao processo legislativo foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação, para o exame de sua admissibilidade sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de técnica legislativa, nos termos do disposto pelo artigo 42, I, do Regimento Interno desta Casa.

#### **II – VOTO DO RELATOR**

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequada perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município, previstos no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, de modo que não conflita com a Competência Privativa da União (art. 22, CRFB), nem tampouco com a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, CRFB).

Cumpre salientar, preliminarmente, que se encontra regular a tramitação deste Projeto de Lei.

Nesse sentido, ao examinar o Projeto de Lei em pauta, restou configurado que o mesmo foi fidedigno ao estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Tal adequação foi atingida em todos os artigos da proposição, como adiante será demonstrado.

A Constituição Federal estabelece:

Art. 37 [...]

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Art. 39 [...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI (incluído pela Emenda Constitucional nº 19/98). (grifei)

A priori, surge a necessidade de distinguirmos aumento, reajuste e revisão geral anual.

Para a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a revisão geral anual “**presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do Poder aquisitivo da moeda.**” Assim, implica tão somente na reposição do poder aquisitivo com a manutenção do valor inicial do subsídio, ou seja, representa simplesmente a atualização monetária dos valores percebidos.

Da mesma forma entendeu o Eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio, que, por ocasião da relatoria da ADI 3459/RS, defendeu que:

**“Revisão geral distingue-se de aumento. Revisão geral implica simples manutenção do equilíbrio da equação inicial, afastando-se a perda sofrida por agentes públicos e servidores em virtude da inflação. Revisão geral, e o texto da Lei Fundamental a quer, repita-se, anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices – não resulta em acréscimo, mas na atualização monetária, de modo a eliminar os efeitos da inflação e com isso repor o poder aquisitivo da parcela percebida.”**

De outra monta, quanto ao aumento e ao reajuste, a jurisprudência da nossa Corte Constitucional é unânime em afirmar que este é sinônimo daquele. Nesse caso há uma elevação na expressão monetária do vencimento mais do que nominal, e sim, real.

Considerando que a revisão geral anual está estritamente ligada a mera reposição do poder aquisitivo da moeda, percebe-se claramente sua diferença do aumento/reajuste.

Ainda no que se refere à revisão geral anual, doutrina e jurisprudência afirmam que a mesma pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e **com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda.**

Vale colacionarmos trecho do voto do Ministro do STF Carlos Ayres Brito, julgado a ADI 3599/DF:

**“Não cabe a nenhum dos Poderes, arbitrariamente, fixar percentual de revisão; tem que escolher um índice oficial, medida, portanto, que sirva como termômetro para a inflação atual.”**

Desse modo, analisando os dispositivos do Projeto de Lei 003/2017, é de se vislumbrar com clareza que estamos diante da revisão geral anual.

Cumpre registrar, também, que o Supremo Tribunal Federal tem afirmado que a Emenda Constitucional nº 19/98 **elevou à categoria constitucional o direito à anualidade da revisão geral da remuneração dos servidores públicos.** Desse modo, a revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da CF, consubstancia-se direito subjetivo dos servidores públicos.

Outrossim, a legislação em foco teve como finalidade manter o poder aquisitivo da moeda em face da inflação, baseando a recomposição em período inflacionário de um ano (jan a dez de 2016), período em que não se promoveu a atualização da remuneração. A par disso, a lei retroagirá seus efeitos para o dia 01 de janeiro de 2017, de modo a respeitar a periodicidade anual prevista no art. 37, X, da CF.

**No que tange aos aspectos procedimentais, para a aprovação da matéria em apreço, carece dos votos positivos da maioria do Plenário da Casa (art. 138, do RICMDI), em votação pelo processo nominal (art. 140, do RICMDI).**

Destarte, em análise, foi suficiente para decidir pelo **VOTO FAVORÁVEL** ao projeto de lei em pauta, sendo conveniente a aprovação total da matéria sem a necessidade de lhe dar substitutivo ou oferecer-lhe emendas.

### III – CONCLUSÃO: PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação desta Casa Legislativa, em reunião<sup>1</sup> realizada em 06 de março de 2017, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 001/2017. Estiveram presentes os Senhores Vereadores Rosilene Ferreira de Lima, Jairo Teixeira Esperidião e Ivonaldo Rodrigues da Silva, e o Assessor Jurídico da Casa, Dr. Giordano Bruno Cantidiano de Andrade.

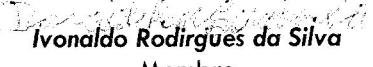
Sala das Comissões, em 06 de março de 2017.



Rosilene Ferreira de Lima  
Presidente



Jairo Teixeira Esperidião  
Relator



Ivonaldo Rodrigues da Silva  
Membro